



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de Informação à Ministra da Cultura, Sra. Margareth Menezes, sobre a autorização de R\$ 16,8 bilhões via Lei Rouanet pelo governo do Presidente Lula, em um momento de grave crise econômica.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho por meio deste **Requerimento de Informação à Ministra da Cultura, Sra. Margareth Menezes**, solicitar informações detalhadas sobre a autorização de R\$ 16,8 bilhões para projetos culturais via Lei Rouanet, no ano de 2024, conforme anunciado pelo governo do Presidente Lula.

Em um momento em que o Brasil atravessa uma grave crise econômica, é fundamental que o governo justifique a destinação de recursos tão significativos ao setor cultural, especialmente quando áreas prioritárias como Saúde, Educação e Segurança Pública estão enfrentando grandes dificuldades. No sentido de responder as seguintes perguntas:

- 1 - Qual é a justificativa do governo Lula para autorizar R\$ 16,8 bilhões via Lei Rouanet em 2024, enquanto áreas prioritárias como Saúde, Educação e Segurança Pública sofrem com falta de recursos e infraestrutura deteriorada?
- 2 - Como o governo explica o desperdício de quantidades tão elevadas no setor cultural em um momento de crise econômica, quando hospitais enfrentam filas e escolas carecem de investimento básico?
- 3 - Quais critérios foram utilizados para priorizar o montante de R\$ 16,8 bilhões para projetos culturais em detrimento de políticas públicas que atendem às necessidades urgentes da população, como segurança nas ruas e acesso à saúde?
- 4 - De que forma o governo concilia a aprovação desse valor registrado com os princípios da Administração Pública, como eficiência e moralidade, diante da situação precária de serviços essenciais?
- 5 - Por que o governo insiste em direcionar bilhões à Lei Rouanet enquanto propõe ao Congresso Nacional um pacote de cortes de gastos, evidenciando uma clara incoerência entre discurso e prática?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Apresentação: 27/02/2025 07:26:13.197 - Mesa

RIC n.602/2025

6 - Quais benefícios concretos o governo espera obter com esses R\$ 16,8 bilhões em projetos culturais, e como isso se compara à resolução de problemas graves como a violência urbana ou a evasão escolar?

7 - O governo considera justo que o setor cultural receba mais atenção financeira do que áreas como Saúde, que enfrentam colapso em diversas regiões do país?

8 - Como o governo Lula justifica quebrar seu próprio recorde de gastos via Lei Rouanet enquanto a população clama por investimentos em segurança pública para conter o avanço da criminalidade?

9 - Que medidas o Ministério da Cultura está tomando para garantir que esses R\$ 16,8 bilhões não sejam apenas um dispêndio populista, mas tragam retorno palpável à sociedade em meio à crise?

10 - Diante da operação para conter despesas públicas, por que o governo optou por ampliar os incentivos fiscais da Lei Rouanet, contradizendo o discurso de austeridade apresentado ao Congresso?

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil atravessa um momento de crise econômica profunda, com inflação persistente, desemprego elevado e serviços públicos em estado crítico. É inadmissível que, nesse contexto, o governo do Presidente Lula autorize um registro de valor de R\$ 16,8 bilhões para projetos culturais via Lei Rouanet em 2024, superando os já exorbitantes R\$ 16,3 bilhões de 2023. Tal decisão levanta sérias dúvidas sobre as prioridades da atual gestão, que parece desconsiderar as necessidades mais urgentes da população em favor de iniciativas que, embora relevantes, não o mesmo caráter de urgência que Saúde, Educação e Segurança Pública.

A Saúde enfrenta um cenário público de caos, com hospitais superlotados, falta de medicamentos e demora no atendimento, enquanto a Educação sofre com escolas sucateadas e professores desvalorizados – problemas que afetam diretamente a qualidade de vida e o futuro da nação. Paralelamente, a Segurança Pública clama por recursos para combater a escalada da violência, que assola tanto áreas urbanas quanto rurais. Diante disso, direcionar bilhões ao setor cultural como um luxo injustificável, que contraria o bom senso e os anseios da sociedade.

Mais grave ainda é a incoerência do governo Lula, que, ao mesmo tempo em que pressionou o Congresso para aprovar um pacote de cortes de gastos, amplia os incentivos fiscais da Lei Rouanet. Essa contradição fere os princípios da Administração Pública, como a eficiência, a moralidade e a razoabilidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. Autorizar R\$ 16,8 bilhões em renúncias fiscais enquanto se prega a austeridade é uma frente à lógica e à transparência que se espera de uma gestão responsável.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Não se questiona aqui a importância da cultura, mas sim a oportunidade e a proporcionalidade desse investimento diante de um cenário de escassez. Os brasileiros desabilitam respostas claras sobre por que o governo opta por privilegiar um setor específico enquanto abandona áreas que são a espinha dorsal do bem-estar social. A ausência de equilíbrio nas prioridades do governo Lula sugere um descolamento da realidade e uma gestão guiada mais por interesses políticos do que pelo compromisso com o povo.

Por fim, este requisito busca esclarece os motivos dessa despesa desmedida e cobrar do Ministério da Cultura uma justificativa convincente para tamanha disparidade. É dever do Parlamento fiscalizar as ações do Executivo e garantir que os recursos públicos – ou a renúncia deles – sejam aplicados de forma a atender às reais demandas da nação, principalmente em tempos de crise. Assim, solicito que as respostas sejam enviadas com a maior brevidade possível, em respeito ao povo brasileiro e ao papel fiscalizatório desta Casa.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 27/02/2025 07:26:13.197 - Mesa

RIC n.602/2025



* C D 2 5 6 2 9 8 1 6 1 0 0 *



Requerimento de Informação **(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)**

Requerimento de Informação à
Ministra da Cultura, Sra. Margareth
Menezes, sobre a autorização de R\$ 16,8
bilhões via Lei Rouanet pelo governo do
Presidente Lula, em um momento de grave
crise econômica.

Assinaram eletronicamente o documento CD256299816100, nesta ordem:

- 1 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 2 Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)
- 3 Dep. Pr. Marco Feliciano (PL/SP)
- 4 Dep. Franciane Bayer (REPUBLIC/RS)
- 5 Dep. Daniela Reinehr (PL/SC)
- 6 Dep. Caroline de Toni (PL/SC)
- 7 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 8 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 9 Dep. Emidinho Madeira (PL/MG)
- 10 Dep. Gustavo Gayer (PL/GO)
- 11 Dep. Junio Amaral (PL/MG)
- 12 Dep. Zucco (PL/RS)
- 13 Dep. José Medeiros (PL/MT)
- 14 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PL/SP)
- 15 Dep. Sargento Fahur (PSD/PR)
- 16 Dep. Eduardo Bolsonaro (PL/SP)
- 17 Dep. Thiago Flores (REPUBLIC/RO)
- 18 Dep. Zé Trovão (PL/SC)
- 19 Dep. Mario Frias (PL/SP)

